

CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Acórdão nº 19.240**

Sessão do dia 16 de outubro de 2025.

**Publicado no D.O. Rio de 23/12/2025**

**RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 20.888**

Recorrente: **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC ARRJ**

Recorrido: **COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REVISÃO E  
JULGAMENTO TRIBUTÁRIOS**

Relator: Conselheiro **MARCO ANTONIO FERREIRA MACEDO**

Representante da Fazenda: **MURILO VASCONCELOS LIMA**

***IPTU – RECURSO VOLUNTÁRIO – IMUNIDADE  
TRIBUTÁRIA – VIGÊNCIA DO BENEFÍCIO –  
MANUTENÇÃO DO LANÇAMENTO  
VERGASTADO***

*a) A imunidade tributária sobre o patrimônio das entidades de assistência social (art. 150, VI, “c”, da CF) somente se aplica a partir do momento em que o imóvel passa a integrar juridicamente o seu patrimônio. O fato gerador do IPTU ocorre em 1º de janeiro de cada exercício, sendo irrelevante a aquisição da propriedade em data posterior para fins de retroatividade do benefício. b) A decisão final proferida em procedimento de consulta sobre a vigência inicial da imunidade, a cargo do Auditor Chefe da Receita Municipal, em grau de recurso, vincula os órgãos julgadores do contencioso administrativo quando a matéria é suscitada como causa de pedir, impondo a manutenção do lançamento tributário. Inteligência do art. 134-B do Decreto nº 14.602/1996. Recurso Voluntário improvido. Decisão unânime.*

***IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL  
E TERRITORIAL URBANA***

**RELATÓRIO**

Adoto o relatório da Representação da Fazenda, de fls. 233/235, que passa a fazer parte integrante do presente.

**CONSELHO DE CONTRIBUINTES****Acórdão nº 19.240**

“Trata-se de Recurso Voluntário interposto por SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO – SESC ARRJ (fls. 177/184) face à decisão do Senhor Coordenador da Coordenadoria de Revisão e Julgamento Tributários (F/SUBTFCRJ), em fls. 173/174, que julgou improcedente a impugnação apresentada e manteve o lançamento do IPTU de 2024 para o imóvel de inscrição imobiliária fiscal nº 0828283-2, localizado na Rua Cândido Benício, nº 200 – Campinho.

Considerando que o relatório apresentado como apoio à decisão recorrida bem sintetiza os fatos até então ocorridos, peço vênia para incorporá-lo à presente promoção e a ele me reportar (cf. folhas 173):

A Impugnante alega, em síntese, que é uma entidade de assistência social, sem fins lucrativos, criada por lei federal, que possui como objetivo a promoção de ação socioeducativas que contribuam para o bem-estar social e a qualidade de vida dos trabalhadores do comércio, bens, serviços e turismo, de seus familiares e da comunidade; e, assim, por esse motivo, entende que faz jus ao gozo da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, “c” da Constituição Federal c/c art. 9º, IV, “c” do CTN.

Além disso, ressalta que os arts. 12 e 13 da Lei 2.613/55 lhe garantem ampla isenção fiscal.

Pelo exposto, requer o cancelamento do lançamento do imposto referente ao exercício de 2024, tendo em vista seu direito constitucional à imunidade tributária.

Em sua promoção fiscal (fl. 172), a Autoridade Lançadora informa que pelo processo 04/77/305.593/2024 (apenso) foi reconhecido o direito à imunidade do IPTU para o imóvel, com vigência a partir de 2025.

Nesse sentido, propõe o indeferimento do pedido.

Em promoção às folhas 173/174, a ilustre parecerista da instância de piso, citando os artigos 126 e 127 do Decreto nº 14.602/1996, defendeu que a competência para decidir sobre processos de consulta, cujo rito também se aplica aos pedidos de reconhecimento de imunidade, é dos titulares das Coordenadorias do ISS, do IPTU e do ITBI, e que eventual recurso deve ser julgado pelo Auditor Chefe da Receita Municipal.

Observou que, seguindo o rito apropriado, o benefício fiscal pleiteado, analisado em primeira e segunda instâncias, foi deferido a partir de 2025.

Com efeito, apoiando-se nos artigos 128 e 134-B do Decreto nº 14.602/1996, asseverou não caber o reexame da matéria pelos órgãos julgadores do contencioso administrativo e sugeriu indeferimento da impugnação.

Em decisão de 31/10/2024, com base no aludido parecer, o titular da CRJ julgou improcedente a impugnação apresentada e manteve o lançamento do IPTU de 2024. Registrou ainda que a petição acostada fls. 118/125 se refere a recurso contra decisão do Coordenador do IPTU com o mesmo teor daquele que fora apresentado

**CONSELHO DE CONTRIBUINTES****Acórdão nº 19.240**

às fls. 155/161 do processo apenso (04/77/305.593/2024), já analisado e improvido pelo Auditor Chefe da Receita Municipal, conforme fls. 197/200 do citado apenso.

Irresignada, a Contribuinte interpôs o Recurso Voluntário de fls. 177/184, pelo qual pretende retroagir para o exercício de 2024 a vigência inicial da decisão do seu pedido de imunidade, com consequente cancelamento do IPTU do referido exercício. Suporta sua pretensão alegando, em síntese:

- ter iniciado em 24/10/2023 processo de reconhecimento de imunidade ao ITBI na aquisição do imóvel, que, após deferido, culminou na emissão do Certificado Declaratório em 12/12/2023 (fls. 203);

- que de posse do certificado, lavrou, em 25/01/2024, a escritura pública de compra e venda (fls. 205/217), posteriormente registrada no cartório imobiliário competente (fls. 219/225);

- que o *“registro só não ocorreu anteriormente, em razão do aguardo no trâmite da imunidade de ITBI”*;

- que, ainda que a escritura e o registro tenham sido feitos apenas em 2024, já era possuidora, com *animus domini*, do imóvel desde 24/10/2023, data em que protocolou o pedido de imunidade ao ITBI para a aquisição do imóvel; e

- que o art. 34 do CTN e o art. 16, § 1º, II, do Decreto nº 14.327/95, combinados com a Súmula nº 399 do STJ, autorizam a tributação em face do possuidor a qualquer título, o que seria o seu caso desde 24/10/2023.”

A Representação da Fazenda opinou pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

**VOTO**

Estou de acordo com a manifestação fazendária.

O cerne da questão repousa na vigência da imunidade tributária pleiteada. Conforme apontado pela Fazenda, este tema já foi exaustivamente analisado no processo administrativo nº 04/77/305.593/2024, que, por tratar de reconhecimento de imunidade, seguiu o rito de consulta. A decisão final proferida pelo Auditor Chefe da Receita Municipal naqueles autos, que fixou o início da benesse para o exercício de 2025, é definitiva e vincula este órgão julgador, por força do art. 134-B do Decreto nº 14.602/1996.

A tentativa do Recorrente de rediscutir a matéria, trazendo os mesmos argumentos já rechaçados, não encontra amparo legal.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Acórdão nº 19.240**

O decisivo é que a alegação de posse com *animus domini* desde outubro de 2023 não se sobrepõe ao critério temporal do fato gerador do IPTU, que a legislação define como sendo o primeiro dia do exercício financeiro. **Em 1º de janeiro de 2024, o imóvel não integrava juridicamente ao patrimônio da entidade, o que, por si só, afasta a aplicação da norma imunizante para o referido exercício.**

Corrobora tal entendimento o fato de o lançamento tributário de 2024 ter sido efetuado em nome do então proprietário registral, **BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., e não em nome da Recorrente.**

Ante o exposto, voto pelo IMPROVIMENTO do Recurso Voluntário, mantendo-se integralmente a decisão recorrida.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que é Recorrente: **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC ARRJ** e Recorrido: **COORDENADOR DA COORDENADORIA DE REVISÃO E JULGAMENTO TRIBUTÁRIOS.**

Acorda o Conselho de Contribuintes, por unanimidade, negar provimento ao Recurso Voluntário, nos termos do voto do Relator.

Ausente da votação o Conselheiro ALFREDO LOPES DE SOUZA JUNIOR, substituído pelo Conselheiro Suplente EDUARDO GAZALE FÉO.

Conselho de Contribuintes do Município do Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2025.

**FERNANDO MIGUEZ BASTOS DA SILVA**  
PRESIDENTE

**MARCO ANTONIO FERREIRA MACEDO**  
CONSELHEIRO RELATOR